

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelos autores, em 26 de março de 2021, para disponibilizar a obra, gratuitamente, para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data.

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa; CASTIONI, Remi. Dois sindicatos e uma categoria: o caso dos docentes federais do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ASTE, 7., 2019, Lisboa.

Atas [...]. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020. Disponível em:

<https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/?q=node/77>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VII

Seminário Internacional da rede ASTE

Livro de Atas

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

O SINDICALISMO DOCENTE E A CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DOS SINDICATOS, ESTADO DA INVESTIGAÇÃO E PERSPETIVAS

Organização

Rosa Serradas Duarte | André Robert | Maria Clara Leal

11 a 13
JULHO
2019

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
LISBOA - PORTUGAL



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM EDUCAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO



Comissão Científica

Adrian Ascolani (Argentina)
André Robert (França)
Antônio Teodoro (Portugal)
Aparecida Neri de Souza (Brasil)
Aurora Loyo (México)
Carlos Bauer (Brasil)
Elsa Estrela (Portugal)
Deise Mancebo (Brasil)
José Viegas Bras (Portugal)
Julián Gindin (Brasil)
Márcia Ondina Vieira Ferreira (Brasil)
Maria das Neves Gonçalves (Portugal)
Rosa Serradas Duarte (Portugal)
Sadi Dal Rosso (Brasil)
Savana Diniz (Brasil)

Comissão Organizadora

Adriana Migliavaca (Argentina)
Aldo Munhoz Armenta (Mexico)
Amarilio Ferreira Junior (Brasil)
André Robert (França)
Carlos Bauer (Brasil)
Christian Matamoros (Chile)
Elsa Estrela (Portugal)
Luciano Pereira dos Santos (Brasil)
Marcos Ferraz (Brasil)
Maria Manuela Calvet Ricardo (Portugal)
Ricardo Pires de Paula (Brasil)
Rosa Serradas Duarte (Portugal)



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



CeIED

CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM EDUCAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO





VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Edição Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e
Desenvolvimento (CeIED), Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Paginação Beatriz Venturini

Organização Rosa Serradas Duarte, André Robert, Maria Clara
Leal

Design gráfico Rute Muchado, Beatriz Venturini

ISBN 978-989-757-160-2

1.ª edição 2020

Contactos Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa
Tel. 217 515 500
www.ulusofona.pt
www.ceied.ulusofona.pt



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Índice

Nota de Apresentação	V
Introdução	VII
Programa	IX
Mesa Redonda: “A Investigação Científica nos Movimentos Sociais”	
LE MAITRON, DICTIONNAIRE BIOGRAPHIQUE DU MOUVEMENT OUVRIER ET SOCIAL – RETOUR D’EXPERIENCES - Paul Boulland	1
Mesa Redonda: “Apresentação dos Centros de Investigação sobre Sindicatos e Perspetivas de Sindicalistas”	
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS PARA O SUSTENTO DOS SINDICATOS - Sadi Dal Rosso	12
10 ANOS DA LEI DO PISO: DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE - Ricardo Pires de Paula	27
DE LA CONSERVATION DES ARCHIVES À LA FORMATION SYNDICALE : LE TRAVAIL DE L’IRHSES – Hervé Le Fiblec	42
A CNTE -FENPROF E AS DISPUTAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL - A LUTA DOS PROFESSORES BRASILEIROS E PORTUGUESES NO PERÍODO DEMOCRÁTICO RECENTE – Andréa Gouveia; Marocos Ferraz; Rosa Serradas Duarte	52
ALGUNS ASPETOS DA LUTA PELA PROFISSIONALIDADE DOCENTE EM PORTUGAL (1974/1996): O CASO ESPECÍFICO DA FORMAÇÃO CONTÍNUA - Rosa Serradas Duarte	52
L’INSTITUT DE RECHERCHES DE LA FSU - Alain Dalançon	67
SINDICATOS EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO EM MEIO A AVANÇOS DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL. PRIMEIROS APONTAMENTOS - Márcia Ondina Vieira Ferreira	74
Mesa Redonda: “A Investigação em Sindicalismo numa Perspetiva Histórica”	
ELEMENTS d’HISTOIRE DU SYNDICALISME DES PROFESSEURS DE L’ENSEIGNEMENT SECONDAIRE EN FRANCE DE LA FIN DU XIXE AU DEBUT DU XXIE SIECLE - André Robert e Yves Verneuil	96
OS ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA PERIFERIA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA - Carlos Bauer, Héliida Lança e Equipa de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove)	121
Comunicações	
Tema: Ensino Superior	
HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP) E A SUA PRESENÇA NAS LUTAS PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES, DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA SOCIEDADE EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL (1976-1980) - Fernanda Batista Alves e Carlos Bauer	155



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

DOIS SINDICATOS E UMA CATEGORIA: O CASO DOS DOCENTES FEDERAIS DO BRASIL - Norivan Lustosa Lisboa Dutra e Remi Castioni	167
TRABALHADORES E SUAS REPRESENTAÇÕES SINDICAIS: DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NA GREVE DE 2012 - Norivan Lustosa Lisboa Dutra	184
O SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO NA BOLÍVIA - Luís Roberto Beserra Paiva e Carlos Bauer	199
A LUTA DO ANDES/SINDICATO NACIONAL PELA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) - Matheus do Nascimento Santos e Jussara Marques de Macedo	214
Tema: História do Sindicalismo Docente	
FECHAMENTO DE ESCOLAS E DO DESENVOLVIMENTO NO CAMPO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – BRASIL - João Paulo de Faria Cardozo e Júlio César Alves dos Santos	227
O CEMOSI E A MEMÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO - Ian Damaceno	239
A GREVE DE 2010: O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE ENTRE OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS - Cássio Diniz	252
HISTÓRIA DA GÊNESE DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO CAPITALISMO NO BRASIL (1871-1931) - André Luís Gabriel e Carlos Bauer	266
O SINDICALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA: AS CONFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO ORGANIZADAS PELA CPB (1987/1988) - Sebastião Carlos Pereira Filho e Carlos Bauer	279
Tema: Políticas Sindicais e Gênero	
UM NOVO ASSOCIATIVISMO É POSSÍVEL? Uma Análise da Construção de um SINASEFE Feminista - Moema Carvalho	295
AS LUTAS POLÍTICAS, SINDICAIS E ORGANIZATIVAS DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DE OSASCO E REGIÃO: SINPROSASCO (1985-1992) - Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira, Raimundo Nonato de Carvalho Jr e Carlos Bauer	310
REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE: LUTAS EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA - Maria da Consolação Rocha e Franceline Rodrigues Silva	326
A TRAJETÓRIA DO DEPARTAMENTO DE GÊNERO E DIVERSIDADE DO CPERS/SINDICATO – DA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS - Luciano Pereira dos Santos e Carmem Beatriz Lubke Ücker	343
Tema: Agenda Sindical	
TRABALHO DOCENTE NO BRASIL E O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O SINDICALISMO BRASILEIRO - Vera Lúcia Batista Gomes, Cilene Sebastiana Braga Lins e Fernanda Iracema Moura Arnaud	356



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS - Fernanda Iracema Moura Arnaud	371
AGENDA SINDICAL DOCENTE: A CENTRALIDADE DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL - Maria Dilnéia Espíndola Fernandes	386
SINDICALISMO E RESISTÊNCIA DOCENTE: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA UNIVERSIDADE DE EXCELÊNCIA - Andressa de Araújo Moreira, Rosilene Horta Tavares e Savana Diniz Gomes Melo	398
CARREIRA DOCENTE E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NAS CONQUISTAS LEGAIS E OS DESAFIOS ATUAIS - Maria Vieira Silva e Leonice Matilde Ritche	413
RELATO SINTÉTICO VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE ASTE	429



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Nota de Apresentação

Este e-book reúne grande parte das comunicações apresentadas no VII Seminário da Rede ASTE -Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação que se desenvolveu sobre o tema: O Sindicalismo docente e a construção da profissão na Europa e na América Latina: contribuições dos sindicatos, estado da investigação e perspectivas que se realizou em Lisboa, na ULHT de 11 a 13 de julho de 2019. Como A. Robert dá conta na sua nota de apresentação foi a primeira vez que este Seminário, se realizou na Europa

A REDE ASTE tem como objetivo o estudo e a pesquisa crítica sobre o associativismo e o sindicalismo dos/as trabalhadores/as em educação um dos mais importantes setores do sindicalismo mundial.

A investigação sobre Sindicalismo Docente tem já merecido trabalhos teóricos de alguma relevância, alguns deles de investigadores desta Rede. No entanto, não será exagero dizer que a investigação em Sindicalismo docente é ainda insuficiente para a compreensão de um fenómeno social e laboral de tão grande importância tanto para os professores como, também, para a compreensão dos Sistemas Educativos, uma vez que o Sindicalismo docente, pelo menos em Portugal, sempre assumiu essa dupla valência- a luta pelas condições de trabalho e a intervenção na Política Educativa.

É por isso que este e-book, à semelhança dos seis anteriores, publicados na decorrência dos Seminários da REDE ASTE pode ter préstimo para todos aqueles que se interessam pela investigação em Sindicalismo docente.

O livro integra as comunicações apresentadas, na estrita ordem do programa, seja nas Mesas Redondas seja nas comunicações livres. Com pena não pudemos incluir as comunicações feita à distância, por membros da REDE ASTE que não conseguiram estar presentes. No entanto, os seus vídeos foram apresentados e discutidos pelos presentes.

O E-book encerra com um relato do VII Seminário Internacional da REDE ASTE feito pelo Sadi dal Rosso um dos seus fundadores.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Se a REDE ASTE se mantém viva e interveniente deve-se ao Sadi; ao C. Bauer, ao Julian, ao Amarilio, do Erlander à Márcia Ondina, à Savana Diniz, ao Marcos Ferraz , à Andréa, ao Ascolano.... e a tantos outros investigadores que têm produzido trabalho e organizado as iniciativas e debates sobre o associativismo e o sindicalismo docente.

Para terminar um agradecimento a todos os investigadores Europeus que, não pertencendo à Rede ASTE, vieram a Lisboa apresentar e partilhar com os demais os seus estudos e investigações

Rosa Serradas Duarte



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

DOIS SINDICATOS E UMA CATEGORIA: O CASO DOS DOCENTES FEDERAIS DO BRASIL

*TWO UNIONS AND ONE CATEGORY: THE CASE OF THE FEDERAL TEACHERS
OF BRAZIL*

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa⁹⁶

Instituto Federal de Brasília/ Brasil
E-mail: nori.dutra@gmail.com

CASTIONI, Remi⁹⁷

Universidade de Brasília/Brasil
E-mail: remi@unb.br

RESUMO: O presente estudo aborda a questão da representação sindical dos professores da rede federal de educação, que engloba as universidades e os institutos federais do Brasil, explicitando as divergências entre duas entidades sindicais (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado – ANDES-SN – e Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES). O texto discorre sobre a atuação dos sindicatos de professores federais a partir da Constituição Federal de 1988 e qual tem sido seu papel no processo de negociação nos últimos anos, particularmente a partir da implantação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como da atuação de ambas as entidades durante a tramitação e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) nos governos Lula/Dilma. Para tal, realizamos um estudo de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, no intuito de desvelar o(os) papel(éis) de ambas as entidades (ANDES e PROIFES) na defesa dos direitos da categoria que representam, os docentes federais.

Palavras-chave: Sindicatos; Docentes federais; PNE; REUNI

ABSTRACT: The present study approaches the union representation of teachers in the federal education system, which encompasses universities and federal institutes, explaining the differences between two union entities (National Union of Teachers of Public and Private Higher Education – ANDES-SN – and Federation of Unions of Professors and Teachers of Federal Institutions of Higher Education and Technical and Technological Basic Education – PROIFES). The text discusses the performance of federal teachers unions from the Federal Constitution of 1988 and what has been their role in the process in recent years, particularly since the implementation of the Federal University Restructuring and Expansion Plan (REUNI), as well as the performance of both entities during the process and approval of the National Education Plan (PNE) in the Lula/Dilma governments. we carried out a qualitative, bibliographical and documentary study, in order to uncover the role (s) of both entities (ANDES and PROIFES) in the defense of the rights of the category they represent, federal teachers.

⁹⁶Mestre em Educação e professora do Instituto Federal de Brasília.

⁹⁷Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Keywords: Union; Federal teachers; PNE; REUNI

1 INTRODUÇÃO

Os professores federais do Brasil estão representados por duas entidades sindicais, sendo elas: Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado (ANDES-SN)⁹⁸ e Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES). Assim como outras categorias⁹⁹ do setor público, os professores federais, somente a partir da Constituição Federal de 1988, obtiveram o direito de se organizar em sindicatos¹⁰⁰.

Os desentendimentos tornaram-se mais intensos no final dos anos 1990, momento em que divergências desencadearam discussões e reclamações de enrijecimento político do sindicato frente às negociações com o governo, uma vez que as ações políticas privilegiavam o embate, ao invés da negociação e do diálogo (ADURN, 2019). Soma-se a esse fato a redução dos espaços do debate, inclusive para resolução dos problemas internos da entidade, causando, com isso, divisão da categoria e, conseqüentemente, a criação do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES-Fórum), no ano de 2004. Este, posteriormente, se transformou em Federação Nacional de

⁹⁸ Antes desse período, a organização dos docentes ocorria por meio da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), criada no ano de 1981, na cidade de Campinas (SP), uma vez que os servidores eram proibidos de sindicalizar-se. A partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, a ANDES foi transformada em Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, público e privado (ANDES-Sindicato Nacional). (ANDES/ESTATUTO, 2018, art. 1º).

⁹⁹ Categoria profissional relativa aos trabalhadores, decorre da "similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas" (CLT, art. 511, § 2º).

¹⁰⁰ Dieese (2017) conceitua sindicato como sendo "organizações de representação dos interesses dos trabalhadores, criadas para compensar o poder dos empregadores na relação contratual sempre desigual e reconhecidamente conflituosa entre capital e trabalho. Nasceram na primeira metade do século XIX, como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo" (DIEESE, 2017, p. 2).



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Sindicatos, a partir da fundação de sindicatos de base municipal, intermunicipal ou estadual (ADURN, 2019).

O que essas duas entidades representam para os professores federais? Quais as consequências para a categoria? O que diferencia uma organização da outra? Para responder tais questões realizamos um estudo de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, no intuito de desvelar o(os) papel(éis) de ambos os sindicatos (ANDES e PROIFES) na defesa dos direitos da categoria, que dizem representar os docentes federais.

O texto foi organizado em duas etapas: a primeira é uma reflexão sobre a divisão da categoria na constituição dos dois sindicatos (ANDES e PROIFES) e, na sequência, as discussões para os impasses e divergências das representações em meio às negociações com o governo federal, bem como da postura da entidade sindical frente à tramitação e aprovação de projetos educacionais intrinsecamente ligados ao trabalho docente (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – e Plano Nacional de Educação – PNE).

2 PROFESSORES FEDERAIS: UMA CATEGORIA VERSUS DOIS SINDICATOS

O sindicalismo brasileiro foi impulsionado entre os anos de 1980 e início dos anos de 1990, sendo fortemente influenciado pelas mudanças e pelos acontecimentos no âmbito da política, da economia e da organização social. Tais fatos impactaram diretamente a constituição e atuação dos sindicatos, dentre eles: o fim do Regime Militar, a promulgação da Constituição Federal, a redemocratização e o movimento pelas “Diretas Já”, conforme explicita o Dieese (2017):

o Movimento Sindical brasileiro, além da organização e defesa dos direitos da classe trabalhadora, tem exercido um importante papel na vida política nacional. Destaca-se sua atuação no combate à ditadura e na luta pela redemocratização do país, nas campanhas pela anistia, pelas eleições diretas para presidente da República e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A atuação dos sindicatos nos Comitês Pró-Participação Popular na Constituinte contribuiu decisivamente para que a Constituição de 1988 reservasse todo o Artigo 7º, com 34 incisos, aos direitos dos trabalhadores, ali reconhecidos como fundamentais (DIEESE, 2017, p. 3).



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Como efeito dessas garantias, os servidores públicos federais conquistaram o direito de sindicalizar-se oficialmente, pois, até então, eram proibidos por lei (EBERT, 2017). Não era diferente para a categoria dos docentes federais, que buscou, a partir desse período, a legalização de sua representatividade. Vale destacar que a luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento do profissional docente nas universidades federais ocorreu a partir da abertura democrática, no final do governo militar, entre os anos de 1974 a 1979. Primeiramente com reduzido grupo de professores, seguido pela organização de associações isoladas que lutavam pela categoria. A organização nacional ocorreu a partir do dia 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas/São Paulo, quando os docentes fundaram a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), resultado da articulação das associações de professores de várias universidades do Brasil (ANDES, 2019a).

A constituição do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado (ANDES-SN)¹⁰¹ se deu só após a CF/1988 e atualmente, o “conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional pelas suas 121 seções sindicais” (ANDES, 2019a, p. 1).

No ano de 2003, uma nova realidade se fez presente no cenário nacional, a eleição de um sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, que representava as expectativas de garantias para a classe trabalhadora. Desde o início do governo, o ANDES demonstrou suas divergências, como explicitado, no Congresso Nordeste de Educação (CONED), conforme explicita:

no último CONED, realizado em 2004 na cidade de Recife, foi marcado pelas divergências decorrentes da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, a partir de 2003. A prática do Fórum era a tomada de decisões por consenso, sem votação. Essa forma de deliberação passou a se tornar inviável por vários motivos, dentre os quais, a adesão de parte das

¹⁰¹ Tem sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representam professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. O ANDES-SN é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

entidades do FNDEP¹⁰² às políticas econômicas, sociais e educacionais, de caráter regressivo, implementadas pelo novo governo, criticadas e combatidas pelo ANDES-SN. Na realidade, não se tinha nem mais consenso sobre os princípios daquele Fórum e nem sobre a defesa de verbas públicas exclusivamente para a educação pública. Depois do V CONED¹⁰³, o referido Fórum passou, cada vez mais, a ter dificuldades para se reunir, em razão do esvaziamento provocado pelas entidades, que passaram a defender as políticas do governo Lula e, em alguns casos, inclusive, a fazer parte da gestão dessas políticas (ANDES, s/d, p. 8).

Apesar desses entraves, o ANDES continuou defendendo os interesses da categoria e, por isso, passou a enfrentar dificuldades internas. Salienta-se que a crise interna da entidade sindical se intensificou, especialmente, no final da década de 1990, quando docentes/filiados, discordando da política adotada pelo ANDES, começaram a reclamar do enrijecimento político frente às negociações com o governo federal, pois privilegiavam o enfrentamento em detrimento do diálogo. Com efeito, houve afastamento de membros da diretoria, evidenciando, com isso, restrições dos espaços de debates no âmbito do sindicato (ADURN, 2019).

No que se refere a essas questões, pode-se dizer que o ápice aconteceu em maio de 2004, momento em que ocorreu a eleição da nova diretoria. Neste contexto, um grupo de professores, contrário ao resultado do processo eleitoral daquele ano, acusou a diretoria do ANDES de utilizar estrutura burocrática e inviabilizar qualquer possibilidade de organização de uma oposição (ADURN, 2019). Sobre tais questões, Oliveira, Figueiredo e Brandão afirmam que:

a chapa de oposição ganhou as eleições – por 8.839 a 8.434 – no chamado ‘Setor das Federais’, onde votam os professores de Instituições Federais do Ensino Superior (IFEs) – categoria representada pelo PROIFES. E só foi derrotada após a validação de urnas violadas, computação do resultado de votações em ‘seções sindicais’ onde não estava claro que iria ser realizado o pleito, dentre outros ‘procedimentos’. Isso porque, na ANDES, as eleições não se dão em um clima isento – as Comissões Eleitorais têm representante da

¹⁰² O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi fundado em Brasília em 9 de abril de 1987, através da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita. O lançamento foi acompanhado do “Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita”, uma tentativa de se igualar aos manifestos propostos pelos educadores brasileiros nas décadas de 1950 e de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros. Teve importância destacada na Constituinte de 1986, em particular no capítulo da educação.

¹⁰³ Com o tema “Educação não é Mercadoria”, o V Congresso Nacional de Educação foi realizado em Recife, PE – maio de 2005 (BOLLMANN, 2010).



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

direção da entidade e, além disso, outros membros são eleitos em plenárias onde essa mesma direção possui maioria (OLIVEIRA; FIGUEIREDO; BRANDÃO, 2013, p. 1).

Assim, sem espaço para o diálogo, a divisão da categoria foi inevitável, coadunando com a criação de outro sindicato, o PROIFES-Sindicato. Este surgiu em decorrência do processo eleitoral de 2004 destacado acima e, ainda, por causa da perda do registro sindical do ANDES em decisão administrativa da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em dezembro de 2003, baseada na então Portaria nº 343/2000, do MTE. A discussão do registro sindical do ANDES remonta ainda aos anos de 1990. O questionamento é de que o registro fora concedido, à época, extrapolando a obediência às categorias profissionais de professores do setor privado. Vários sindicatos que representavam professores de distintas bases territoriais do setor privado questionavam e ainda questionam o registro sindical dado ao ANDES, uma vez que a entidade não representaria os professores do setor privado, pois estes já estariam organizados em outros sindicatos. O registro sindical do ANDES somente foi restabelecido em setembro de 2009, pelo ministro Carlos Lupi, excluindo da carta sindical os professores do setor privado, cuja representação pertence aos sindicatos organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE (ADUNEB, 2010).

O PROIFES organizou-se primeiramente como Fórum de Professores das IFES, basicamente porque o ANDES, além dos motivos mencionados acima, negava-se a participar das discussões que afetariam os docentes das universidades federais. No início de 2004, com a chegada de uma nova equipe no MEC, primeiramente dirigida por Tarso Genro, e um ano depois por Fernando Haddad, começou-se a discutir um anteprojeto de Reforma Universitária que passou por várias discussões. Este, foi enviado ao Congresso Nacional e transformado no Projeto de Lei 7.200/2006, no entanto, após muitas emendas, ficou inviabilizado em decorrência das pressões do setor privado. O grupo que se organizava em torno da chapa de oposição ao ANDES, composto por 17 seções sindicais, denominado de ANDES-Sind, vendo que os professores federais não se faziam presentes na discussão fundou em Brasília, em 15/09/2004, o Fórum de Professores das IFES, o



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

PROIFES-Fórum. Posteriormente, em 6 de setembro de 2008, ainda sem o restabelecimento da carta sindical do ANDES, na sede da CUT Nacional, em São Paulo, o PROIFES-Fórum transformou-se em PROIFES-Sindicato.

Entretanto, a ideia do PROIFES-Sindicato nos moldes do ANDES não prosperou e a opção foi transformar as seções sindicais do ANDES em sindicatos de base local. Onde isso não foi possível, optou-se pela criação de sindicatos, como foi o caso recente do Maranhão (Sindicato dos Professores das Universidades Federais do Estado do Maranhão – SINDUFMA) e do Pará (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará – SINDIPROIFES-PA). Algumas das referidas seções, à época da vinculação ao ANDES, não haviam seguido o devido processo legal de anexação e dessa forma, nem chegaram a passar pelo processo de transformação de associação em seção do ANDES, por conta disso, resultaram diretamente em fundação de sindicato local (caso da ADUFRGS-Sindical). Outras associações sequer haviam sido anexadas ao ANDES, caso da APUBH-MG (UFMG), tendo sido a primeira a obter registro sindical de base municipal de Belo Horizonte e Montes Claros, por pertencerem a campi da UFMG. Dessa forma, a expressão ANDES/Sindicato Nacional, em tese, não se coaduna com a realidade. Em 2010, durante o VI Encontro Nacional, realizado em São Paulo, os sindicatos das bases vinculadas ao PROIFES iniciaram a criação de uma entidade de segundo grau, o PROIFES-Federação, que foi concretizada em 2012 e está em processo de registro junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

Enquanto o ANDES apresentava resistência nas suas convicções, ausentando-se nos eventos educacionais e das mesas de discussões, o PROIFES cresceu e ganhou espaço no processo de negociação salarial e da carreira docente com o governo federal. Desta forma, o PROIFES passou a representar um número significativo dos professores das IFES, que não mais considerava o ANDES-SN como sua entidade sindical, nascendo, portanto,

a partir do anseio dos professores de Instituições Federais de Ensino Superior por uma renovação do movimento docente e por uma organização que realmente representasse seus interesses, tanto nos assuntos relativos à carreira, salário e melhores condições de trabalho, quanto na busca por uma educação nacional de qualidade. A entidade, que defende os princípios de pluralidade,



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

descentralização, independência e democracia, buscou desde a sua fundação a abertura de espaços plurais de discussão e de expressão, construindo assim uma nova forma de organização, contrária à costumeira política de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrargreves como condição preliminar – não como último recurso. Com esta nova postura, que valorizou o diálogo e a negociação como meio de solucionar conflitos, o PROIFES firmou-se como legítimo representante das categorias do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), ao participar de forma decisiva e efetiva nos debates com o Governo, adotando uma política ao mesmo tempo firme e propositiva que, sempre fundada na consulta democrática, levou à consolidação de grandes vitórias. Em 2012, o PROIFES transformou-se em Federação Nacional. As negociações salariais e de carreira: conquistas alcançadas (PROIFES, 2019, p. 1).

Com a eleição de um presidente com histórico de base política no movimento sindical de trabalhadores, os sindicatos ganharam protagonismo nos embates pela definição de políticas nacionais e de espaço para a valorização dos salários dos docentes. Este fato marcou definitivamente a divisão dos docentes federais. Desde a criação do PROIFES, o ANDES não assinou nenhum acordo salarial, entre os vários acordos que repositionaram a carreira docente dos professores federais durante os governos Lula e Dilma. Nos anos de 2006, 2007, 2008, 2011 e, o mais importante, de 2012, reorganizou-se a carreira docente e previu-se, entre outros, a ascensão à classe de professor titular sem necessidade de autorização do MEC¹⁰⁴. Neste cenário, a categoria docente se viu diante de uma bifurcação ao ter que escolher uma ou outra proposta, ou seja, de dois sindicatos (ANDES e PROIFES).

Quadro 1 – Objetivos, princípios e finalidades do ANDES e do PROIFES

	ANDES	PROIFES
1	Congregar e representar os docentes das IES de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades.	Defender os interesses acadêmicos, políticos, econômicos, culturais e sociais dos professores e professoras ativos e aposentados das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), representados através dos sindicatos federados.
2	Expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político.	Defender, intransigentemente e por princípio, o direito à divergência e o respeito a diferenças de ideias e opiniões.

104

Referências:<<https://www.adurn.org.br/secretaria/arquivos/e174f738952ac85e334c16b1ed86adfb.pdf>>.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

3	Defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão.	Defender condições adequadas de trabalho e de remuneração para os docentes das IFES.
4	Incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembleias e demais atividades inerentes à entidade.	Debater as especificidades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e de seus docentes.
5	Fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando sua autonomia nos limites deste Estatuto.	Discutir a essencialidade das IFES: sua missão de fio condutor de um sistema nacional público responsável pela garantia do ensino, da pesquisa e da extensão universitários, indissociáveis e de qualidade, pela formação crítica, competente e plural de seus discentes e pela produção e difusão do conhecimento.
6	Coordenar e unificar o movimento dos docentes das IES nas suas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais.	Promover interlocução permanente com a sociedade política e civil, com as pertinentes associações e organizações profissionais, científicas, institucionais, sindicais e demais entidades e organismos nacionais e internacionais, discutindo com os diversos atores sociais a importância e o papel das IFES.
7	Buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes.	Zelar pelo livre exercício e pela publicidade, legalidade e moralidade dos mecanismos de admissão, promoção e demissão de docentes das IFES.
8	Buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro.	Representar e defender, em juízo e fora dele, todos os seus sindicalizados.
9	Defender a Educação como um direito social inalienável da população brasileira e uma política educacional que atenda às suas necessidades e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos.	Estimular o intercâmbio científico, cultural, social e político entre os docentes das IFES, promovendo a integração entre os sindicatos, com vistas à implantação e ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a expansão e o fortalecimento das IFES.
10	Defender a democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país.	Lutar por dotações orçamentárias adequadas para a infraestrutura, o ensino, a extensão e a pesquisa nas IFES.
11		Prestar, dentro de suas possibilidades, assistência técnica e jurídica a seus sindicalizados.
12		Contribuir para a manutenção, em conjunto com outras entidades vinculadas à educação, do Instituto de Estudos Universitários.
13		Representar os sindicatos federados, judicial ou extrajudicialmente, sempre que solicitado, bem como requerer mandado de segurança coletivo, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

14		Representar os seus sindicatos federados em processos de negociação coletiva junto à Administração Pública Federal.
15		Participar de forma proativa do debate nacional das políticas públicas, especialmente de educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e cultural.

Fonte: *Elaboração própria a partir dos Estatutos do ANDES e do PROIFES.*

Embora em muitos pontos haja proximidades nos objetivos entre as entidades, os docentes das federais têm duas propostas que dizem agir em defesa de seus direitos. De um lado o pioneiro ANDES e de outro o PROIFES, que vêm se fortalecendo na preferência da categoria, conquistando novos adeptos ao propagar seus objetivos.

3 PROFESSORES FEDERAIS E OS IMPASSES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SINDICAIS

As divergências de opinião e postura das entidades sindicais (ANDES e PROIFES) se intensificaram em diferentes momentos, especialmente na elaboração e implantação de programas educacionais que impactariam diretamente o trabalho docente, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Vejamos cada um deles.

3.1 REUNI

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), trouxe novas perspectivas para a universidade brasileira. O documento, com oito artigos, orientou o processo de transformação das universidades públicas brasileiras. No artigo 1º, por exemplo, estão explicitados os objetivos do Plano: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a, p. 1).



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

A justificativa se deu em virtude da necessidade de superação do modelo de formação acadêmica ultrapassada, com fragmentação do conhecimento, estrutura curricular pouco ou nada flexível e com forte viés disciplinar. Além disso, o processo seletivo para acesso ao ensino superior, fortemente excludente, obrigava o estudante a escolher, precocemente, a carreira profissional. Com efeito, os índices de evasão de estudantes eram altos, em alguns casos em níveis alarmantes. A rigidez da formação profissional distanciava-se do mundo do trabalho (BRASIL, 2007a, p. 8).

Em consonância ao artigo 1º, parágrafo 2º do Decreto nº 6.096/2007, o Ministério da Educação publicou o documento intitulado: Diretrizes Gerais do REUNI, elaborado pelo grupo assessor constituído por meio da Portaria nº 552¹⁰⁵ - SESU/MEC, de 25 de junho de 2007. A meta global do programa prevê o crescimento progressivo “da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professores para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano, no período de 5 anos” (BRASIL, 2007b, p. 4).

Cabe salientar que, no período de elaboração e implantação do REUNI, houve muita resistência por parte do ANDES – protestos, palavras de ordem e ocupação de reitorias fizeram parte das formas de resistência à expansão do ensino superior público. Desta maneira, representantes do PROIFES acusaram o ANDES de usar a entidade para fortalecer o movimento contrário ao REUNI, via financiamento das ocupações: “durante o 52º Conad (Conselho Nacional de ADs), em julho de 2007 na cidade de São Luís (MA), foi aprovada uma verba de R\$ 450 mil para financiar as invasões das reitorias, feitas por estudantes contrários ao Reuni” (OLIVEIRA *et. al.*, 2013). Não é de se estranhar que tais palavras tenham aguçado os ânimos entre os integrantes de ambas as entidades, tornando-se uma das fases mais acaloradas das discussões. O REUNI contou com a adesão de todas

¹⁰⁵ Faziam parte: Alex Bolonha Fiúza de Mello, Antônio Carlos Pedroza, Iguatemy Maria de Lucena Martins, Leandro R. Tessler, Luís, Davidovich, Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo, Murilo Silva de Camargo, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Orlando Afonso Valle do Amaral, Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha, Paulo Speller, Ricardo Siloto da Silva, Roberto da Silva Fragale Filho e Rodrigo de Araújo Ramalho Filho.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

as universidades federais existentes em 2007, com exceção da Universidade Federal do ABC, que foi criada dentro do espírito do REUNI (MEC/SESU, 2008).

Ao contrário do ANDES, o PROIFES atuou no sentido de aprovar o REUNI em todas as universidades onde tinha atuação. Seu apoio também foi crítico, pois discordava de algumas iniciativas, particularmente quanto a projetos correlatos que impediam o aumento de gastos de pessoal para dar conta da expansão. Produziu um documento denominado “O Reuni e sua regulamentação: uma avaliação inicial”, no qual o PROIFES oferece outras possibilidades de atendimento às metas propostas pelo REUNI (PROIFES, s/ed).

3.2 PNE

Outra divergência decorreu durante a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e das respectivas conferências municipais, estaduais e nacional, a CONAE, de 2010, que deu origem ao PNE. Primeiro o ANDES foi contrário à participação, embora tenha integrado as primeiras discussões, em 2009. Posteriormente, o ANDES organizou uma conferência paralela à CONAE, o Encontro Nacional de Educação (ENE), que teve o objetivo claro de não se submeter às discussões da CONAE, se não vejamos:

a Conferência Nacional de Educação (CONAE), tendo o ANDES-SN, em um primeiro momento feito parte da comissão organizadora desse evento. Mas, a seguir, por decisão das instâncias máximas do ANDES-SN, ficou deliberado que o Sindicato não participaria da CONAE. O 29º Congresso, fazendo o balanço de todo processo ocorrido até então, reafirmou as deliberações anteriores, aprovando-se que o ANDES-SN deveria ‘denunciar o processo de instauração da CONAE e sua metodologia pseudodemocrática, que visa a elaboração de um novo PNE, alinhado às diretrizes do MEC/Capital explicitadas no documento-base da referida conferência’. Em 2014 ocorreu a segunda CONAE, já no governo Dilma Rousseff. Chama-se a atenção para o fato de que essa conferência aconteceu em novembro de 2014, após a aprovação do PNE, (agosto do mesmo ano). Isso traz uma interrogação a respeito de seus objetivos, já que a Portaria nº 1410/2012, no artigo 2º diz que ‘Fica convocada a II Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, que terá como tema ‘O Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração’ (ANDES, s/d, p. 8).



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

Apesar dos posicionamentos divergentes, o PNE foi aprovado depois de ter tramitado por quase quatro anos no Congresso Nacional e ter recebido o maior número de emendas de um projeto de lei em tramitação. A sanção presidencial deu-se por meio da Lei Federal nº 13.005/2014, contendo metas para toda a educação, bem como a definição de percentuais de investimento público até 2024, em 10% do PIB. O ANDES manteve sua postura contrária ao PNE, sob a justificativa da participação/influência do empresariado e da tendência de mercantilização e privatização da educação (ANDES, s/d, p 10).

De outro lado, o PROIFES atuou ativamente nas conferências municipais, estaduais e na nacional (CONAE, 2010, e CONAE, 2014), bem como no Congresso Nacional, quando da tramitação da aprovação do PNE e da sua respectiva aprovação. Foi a única “entidade representativa de professores de Universidades e Institutos Federais a se envolver nesses debates, assim como é também a única a participar, em nome da categoria, do Fórum Nacional de Educação (FNE)¹⁰⁶” (PROIFES, 2019, p. 1), que organizou as duas conferências. Para as discussões do PNE, o PROIFES produziu um denso material de apoio aos delegados participantes das conferências (PROIFES, 2010). Com sua participação no FNE, o PROIFES obteve reconhecimento das entidades congêneres dos professores, a CONTEE, do setor privado, e da CNTE, que representa os professores da educação básica pública. Em ato contínuo, o PROIFES-Federação foi aceito na Internacional da Educação (IE), entidade que congrega 30 milhões de professores no mundo todo, sendo a única entidade a representar os professores federais do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os servidores públicos só tiveram o direito de se organizarem em sindicatos após a promulgação da CF/1988. Após esse período, a entidade sindical dos docentes federais foi constituída, tornando-se conhecida como ANDES-Sindicato Nacional. No entanto,

¹⁰⁶ Como o golpe parlamentar-jurídico-midiático, em maio de 2016, e a inviabilização do FNE, o PROIFES, juntamente com a CNTE e a CONTEE, organizaram o Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

divergências de opiniões, discussões e desentendimentos entre a base e os sindicatos filiados provocaram divisão e, conseqüentemente, a organização de outro sindicato, a partir do grupo que já não reconhecia o ANDES como representante de seus interesses, surgindo daí o PROIFES.

A atuação de ambas entidades sindicais têm gerado duas possibilidades de escolha, ou dois caminhos que não se cruzam, pois não dialogam a partir dos mesmos interesses da categoria. O movimento de expansão das universidades incorporou mais de 40 mil novos professores, muitos dos quais, com pouca tradição de organização sindical. De um lado há um sindicato propositivo que participa ativamente das mesas de negociação e que assina acordos e os cumpre. De outro, existe o ANDES que, embora tenha sob o seu comando maior número de filiados, tem enormes dificuldades de fazer valer o principal objetivo do sindicato, que é avançar a partir de situações concretas, entre elas, garantir acordos salariais.

Durante o período de maior expansão do ensino superior público, da contratação do maior contingente de professores, o ANDES sequer firmou um único acordo e passou inclusive a atuar no Congresso Nacional para que os parlamentares não aprovassem os acordos firmados pelo PROIFES. Destaque-se na sessão do Senado Federal em 18/12/2012, quando foi aprovado o Projeto de Lei 4.368/2012 do Executivo, que tramitou na Câmara dos Deputados sob o PLC 121/2012, que deu origem a Lei 12.772/2012, e que atualizou a estrutura da carreira docente. No dia da votação, o Senador Randolfe Rodrigues, então do PSOL/AP, leu carta no Plenário do Senado Federal, destacando que o ANDES era contra o reajuste dos professores (RODRIGUES, 2012).

Como no Brasil não se tem aferição da representação sindical, ficando a cargo de cada entidade informar o número de sindicalizados, foi no mínimo curioso acompanhar no período recente que o ANDES, entidade com maior número de filiados, tentasse primeiro interditar a expansão da universidade, dada sua postura contrária ao REUNI e depois impedir acordos salariais que garantiriam reajustes significativos para os professores e que, se não fossem assinados pelo PROIFES, provavelmente poderiam não ter existido.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

A presença de duas entidades sindicais se justifica pelo amparo jurídico e político, e ambas cumprem este preceito. Foram criadas e são reconhecidas pelo Estado, uma vez que têm registro sindical das suas respectivas bases por representarem uma categoria profissional. O caso brasileiro é emblemático, pois o sistema de relações de trabalho não tem mecanismos de aferição de representatividade e tampouco concede o monopólio da representação a um ou a outro, uma vez que o próprio artigo 8º da Constituição Federal diz que é livre a associação sindical. Deste modo, caberia aos próprios professores decidirem quais das entidades tem a melhor proposta de representação dos seus interesses.

Num momento de forte retração de direitos em que a própria existência dos sindicatos está sendo inviabilizada com o fim do imposto sindical, a organização dos servidores federais se nutre de outras formas de manutenção, como com o recolhimento direto sobre a folha de pagamento dos filiados, na qual o percentual de filiação é bem mais elevado do que a organização sindical do setor privado. Seria razoável buscar formas de convivência de sindicatos, inclusive, que pudessem atuar de forma integrada, preservando as conquistas do passado e garantido a existência da universidade pública ameaçada a cada dia.

REFERÊNCIAS

ADURN. Sindicato. (2019). *História*. Disponível em: <http://www.adurn.ufrn.br/apache2-default/adurn/index.php/historia>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

ANDES. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. *Cadernos ANDES* – n. 2, versão atualizada. Pág. 39 a 45, janeiro/2013. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf> Acesso em: 20 de jan. 2019.

ANDES. *Estatuto*. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/secretaria/estatuto/sec-est-1938621622.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. *Cadernos ANDES* – n. 2, versão atualizada. p. 39-45, janeiro/2013. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2019.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

ANDES. *Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente.* (s/d). Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-686213597.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ADUNEB. *Registro sindical do Andes-SN: breve histórico de lutas.* http://www.aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=1268 Acesso em: 15 jun. 2018.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Revendo O Plano Nacional De Educação: Proposta da Sociedade Brasileira. *Educ. Soc., Campinas*, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/02.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2018.

_____. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências, 2014.

_____. *Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* Atualizada até dezembro de 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 21 fev. 2018.

BRASIL/MEC. *Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – diretrizes gerais.* Agosto de 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. *Reuni. Decreto nº 6.096*, de 24 abr. 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25. abr. 2007b.

_____. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.* Brasília: MEC/SESU, 30 out. 2009. Disponível em: encurtador.com.br/eqtwK. Acesso em: 20 abr. 2019.

DIEESE. *Balço das Greves em 2012. Estudos e pesquisas*, nº 66, maio de 2013. Disponível em: encurtador.com.br/hpMNQ. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. *A importância da organização sindical dos trabalhadores. Nota Técnica*, Número 177, abril/2017. Disponível em: encurtador.com.br/vBKPW. Acesso em: 26 mar. 2019.

EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. *A liberdade sindical no setor público.* São Paulo: LTr, 2017.

OLIVEIRA, Eduardo Rolim; FIGUEIREDO, Vicente REIS de; BRANDÃO, Nilton. *As marionetes do sectarismo serão derrotadas pela história.* Brasília: Proifes 19/08/2013. Disponível em: encurtador.com.br/bflS5. Acesso em: 20 jan. 2019.

PROIFES. *Educação Universal e de Qualidade: um projeto para o Brasil.* PROIFES: Brasília, 2010. Disponível em: encurtador.com.br/hmxAF. Acesso em: 26 de mar. de 2019.



VII

Seminário Internacional da rede ASTE

REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

11 a 13
JULHO
2019

LISBOA
PORTUGAL

PROIFES. *Estatuto Da Federação De Sindicatos De Professores De Instituições Federais De Ensino Superior, Proifes-Federação*. Disponível em: <http://proifes.org.br/estatuto/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. *Histórico*. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/historico>. Acesso em: 26 de mar. de 2019.

_____. REUNI e sua regulamentação: uma avaliação inicial. Mimeo s/ed. Brasília-DF, 2007.

RODRIGUES, RANDOLFE. Senado Federal. *Notas Taquigráficas da 237ª Sessão Deliberativa Ordinária para análise do PLC, n. 121/2012*. Brasília: 19 de dezembro de 2012. Diário do Senado Federal. Pp. 74173 a 74193. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=13912#diario>. Acesso em: 26 mar. 2019.